**U N I V E R S I D A D E   D E   S Ã O   P A U L O**
F A C U L D A D E  D E  F I L O S O F I A ,  L E T R A S  E  C I Ê N C I A S  H U M A N A S
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

# ***IN HAC LACRIMARUM VALLE*: PROJETO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Fernando Lacerda S. Duarte
Júlia Luciana P. das Dores Okamura
Paulo A. Castagna

Relatório de pesquisa de campo para a disciplina "Criatividade Científica: na Academia e nos Sistemas de Governo" - FLG5113.

Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázigi, Livre-docente

**São Paulo**
**2012**

# SUMÁRIO

# *IN HAC LACRIMARUM VALLE*: PROJETO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Fernando Lacerda S. Duarte
Júlia Luciana P. das Dores Okamura
Paulo A. Castagna

## 1 RELATO DA ATIVIDADE DE CAMPO

Na manhã de 22 de outubro de 2012 visitamos a área central da cidade de São Paulo, em um circuito que engloba os bairros da Liberdade, Sé, São Bento e Luz, em especial a região do "Projeto Nova Luz". A proposta da atividade era observar esse espaço urbano e ressaltar os problemas de âmbito estrutural, social, econômico, ambiental, entre outras perspectivas, buscando intervenções criativas para solucionar ou ameniza essa problemática nessas localidades.

O ponto de partida, determinado pelo docente, foi a estação Liberdade do Metro, às 7h55, quando começamos a caminhada observando as estruturas das ruas, das construções, as funções estabelecidas nestes espaços, os transeuntes, circulação dos veículos, limpeza pública, situação das calçadas, presença de moradores de ruas, segurança pública, aspectos históricos entre outros aspectos urbanos.

No trajeto foram inicialmente observadas instituições místicas ou ligadas a conhecimentos herméticos e esotéricos na rua Carlos Gomes e a antiga Secretaria de Obras de São Paulo, na Rua Riachuelo (hoje, prédio do Ministério Público do Estado de São Paulo). O docente relembrou no local as informações que já haviam sido apresentadas em sala de aula, sobre a existência de uma rede de instituições que se reflete no espaço urbano. Assim, no entorno do antigo prédio da Secretaria de Obras, existe uma série de lojas de materiais de construção. Do mesmo modo, o alinhamento entre os poderes civil e religioso se reflete na disposição do Palácio de Justiça, Catedral e centro de estudos (Academia Jurídica do Largo São Francisco). Daí surgiu um pressuposto para o trabalho: as alterações propostas para os problemas deveriam considerar esta teia de relações.

A atividade seguiu pela rua São Bento, no sentido da Praça do Patriarca. Na rua São Bento, de frente para o Largo São Francisco, o professor descreveu o triângulo de ruas de comércio do antigo centro de São Paulo. Caminhamos então para o Praça do Patriarca, onde estão a Igreja de Santo Antônio, a moradia para profissionais de arte ligados à FAAP e o monumento do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Apesar de sua estrutura *avant garde* combinar com o projeto de galeria de arte no trajeto para a Galeria Prestes Maia, a disposição da obra de Mendes da Rocha prejudica a visibilidade do outro lado da construção como a vista do Teatro Municipal de São Paulo e do Viaduto do Chá, por parte dos que se encontram na Praça do Patriarca.

Da Praça do Patriarca, seguimos pelo Viaduto do Chá rumo ao Teatro Municipal de São Paulo e à Praça Ramos de Azevedo. Nessa localidade foi possível verificar uma alta concentração de moradores de rua e a presença de funcionários da Prefeitura de São Paulo lavando as escadarias que, do Teatro Municipal, descem para o Vale do

Anhangabaú. O trajeto seguiu pelo Largo do Paissandu - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos, onde era expressivo o forte cheiro de urina (proveniente dos moradores de rua), acentuando a má impressão do lugar, onde também estava presente a guarda-montada da Polícia Militar, bem como a concentração de prostitutas e mendigos. Ainda neste local, de frente para a Igreja do Rosário do Largo do Paissandu, foi possível ver um prédio ocupado pela população anteriormente em situação de rua. Deste ponto seguimos para o Largo Santa Ifigênia. Na rua que separa as igrejas da irmandade do Rosário e de Santa Ifigênia (Catedral provisória de São Paulo antes da inauguração da atual Sé, em 1954) observou-se grande número de população em situação de rua.

A alta concentração de moradores de rua parecia menor na Rua Santa Ifigênia - local marcado pelo intenso comércio de eletrônicos - mas se revelava nas ruas laterais. Durante a caminhada, passamos pela Rua General Osório, 46, onde se encontra a loja de instrumentos musicais *Casa Contemporânea*, na qual são tocados choros aos sábados. Nas ruas próximas da General Osório a sujeira presente nas calçadas era perceptível e os funcionários da prefeitura que ali se ocupavam da limpeza a atribuíram aos "nóias", ou seja, os usuários de drogas dispersos da região da "Cracolândia".

O retorno ocorreu pelas ruas do Triunfo e Casper Líbero até a Igreja de Santa Ifigênia. Nesta região observou-se o contraste entre os hotéis de alta rotatividade e o hotel de luxo na Rua Casper Líbero. Ficou claro, como hipótese, que o comércio da região atraía consumidores de mercadorias eletrônicas, bem como pessoas interessadas nos serviços de prostituição. Para retornarmos ao ponto inicial, passamos ainda pelo Largo São Bento, Rua Boa Vista, Páteo do Colégio, Praça da Sé e Avenida Liberdade, além de uma visita à Capela Nossa Senhora dos Aflitos. Trata-se de uma construção muito antiga, localizada em um beco degradado e esquecido pela população que transita pelo local. Na saída desta igreja encontramos uma idosa que contou-nos a história de uma "graça alcançada" em relação à sua neta e como, em forma de agradecimento, visitava a igreja todas as segundas-feiras para acender velas, afirmando que o faria enquanto pudesse andar, lembrando que senhora não morava nas proximidades. Ainda no bairro da Liberdade visitamos algumas ruas que mostram o comércio (lojas e restaurantes) predominante da colônia japonesa, porém as contruções arquitetônicas não expressam o estilo oriental, salvo as luminárias públicas e algumas fachadas, encerrando nossa atividade de campo na estação Liberdade do metrô.

Em todo o trajeto - com concentração variável nos diversos pontos - constatamos a presença de muitas pessoas em situação de rua. Vários deles dormiam nas calçadas, sozinhos ou em grupos. Alguns usavam cobertores velhos e outros caixas de papelão. Outros mais eram vistos despertos, caminhando pelas ruas em situação de mendicância.

Ao redor daqueles que dormiam era evidente o acúmulo de lixo e sujeira, o que acarretou a atribuição pela PMSP, a essa população, da origem de parte da sujeira da região central de São Paulo (informação oral).[1] A presença dessas pessoas dormindo nas calçadas acarreta um outro problema: a interrupção do fluxo de pedestres, que transitam frequentemente da calçada para a rua, disputando espaço com os próprios veículos.

[1] Gari, funcionário da Prefeitura do Município de São Paulo.

# 2 PROBLEMA OBSERVADO

## 2.1 OS MORADORES DE RUA: QUEM SÃO E ONDE SE CONCENTRAM

Observados há séculos nas grandes cidades de todo o mundo, frequentemente indesejados pela população economicamente ativa e até pouco tempo ignorados pelo poder público, os moradores de rua possuem originam-se a partir de fatores complexos e sua presença nos centros urbanos é indicativa de vários problemas locais e globais. Para Torres (2000, p.3-4), os moradores de rua são:

> "[...] *um símbolo da desigualdade social e de um sistema excludente, que se exterioriza no cotidiano dessas pessoas alijadas da vida produtiva. Marcadas por trajetórias conturbadas, por problemas familiares, pelo preconceito e pela falta de acesso às condições mínimas necessárias de sobrevivência digna, uma grande quantidade de pessoas, a cada ano, passa a morar nas ruas, pessoas que anteriormente tiveram moradia, lar e família (marido, esposa, filhos, mãe, netos, etc).*"

Conforme dados do Censo sobre moradores de rua, realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, foram registrados em 2011, um total de 14.478 indivíduos em situação de rua nesta cidade, sendo que 6.765 eram efetivamente moradores de rua e 7.713 abrigavam-se em centros de acolhida do município.

A região central da cidade de São Paulo apresentou números expressivos de população em situação de rua em relação aos demais locais da cidade. Do mesmo modo que no Censo realizado em 2000, a população se concentra nos distritos de Santa Cecília, Sé e República. Esta população, que era respectivamente de 434, 773 e 715 pessoas nas três regiões, hoje alcança as cifras de 1.197 (27,7% do total), 1.171 (27,1%) e 719 (16,6%). Quanto maior o afastamento da região central, menor é o número de indivíduos que compõem esta população. Tal fato ficou evidente durante nosso trabalho de campo ao percorrer algumas ruas centrais e presenciar os modos de vida dessa população: espaços públicos e privados tornam-se para eles abrigos aleatórios, enquanto calçadas transformam-se em dormitórios, o que impede ou dificulta o fluxo dos demais transeuntes da cidade.

Eles são homens, em sua maioria (3.278, em relação a 505 indivíduos do sexo feminino). Existe, porém, dificuldade em sua identificação quanto ao sexo (451). Em termos percentuais, foram constatados 75,9% do sexo masculino, 11,7% do feminino e 10,4% não identificados.

Quanto à procedência, a população na região central é predominantemente constituída de brasileiros (1.367 contra 19 estrangeiros e 2.933 que não responderam ou não foram identificados). Dos brasileiros, na região central, a relação de sua procedência é de 48,8% de paulistas contra 51,2% procedentes de outras unidades da federação, proporção que se inverte nas demais regiões: 56,4% de paulistas contra 43,6% de outros estados (PORTAL, 2011).

Entre os fatores que se destacam como motivos que levaram essa população a buscar a rua como local de moradia e sobrevivência, apresentados pela caracterização socioeconômica da Prefeitura de São Paulo, estão: o desentendimento com familiares,

demissão do trabalho, problemas com a justiça, busca de emprego, falecimento de familiares próximos, separação conjugal, despejo por falta de pagamento de aluguel, desapropriação de moradia, problemas de saúde e viuvez, entre outros, o que lhes acarretou exclusão pelo restante da sociedade. Assim, a existência de grupos familiares entre os moradores de rua é muito pequena: apenas 3,6% responderam afirmativamente, contra 87,3%, que responderam negativamente e 12,7% não identificado.

Outro fator relevante refere-se à exclusão sofrida por essa categoria social por parte não apenas do poder público, mas também do restante da sociedade, que a ignora e a rotula de marginais, vagabundos, miseráveis, entre outras denominações. Torres (2000, p.13) destaca que existem duas maneiras de exclusão dos moradores de rua:

> "*Primeiramente pela família, por se tratar de milhares de brasileiros, forçosamente vitimados pela insuficiência de investimentos sociais e programas de geração de emprego e renda. E em segundo lugar pelo Estado, omisso na tarefa de levantamento das informações sobre este crescente extrato social e direcionamento de políticas públicas e ações governamentais de atendimento aos excluídos.*"

Segundo Torres (2000), a sociedade marginaliza estes moradores de rua porque, entre outros fatores, eles não correspondem ao sucesso ou ao êxito individual, seja no âmbito social como econômico, sendo vistos como miseráveis. Neste contexto, Santos (2009, p.17), com base nas ideias de Sidney e Beatrice Webb, afirma que os miseráveis "*estariam privados da satisfação de algumas necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida.*"

Outro fato a ressaltar é a posição do poder público diante desta situação, ou deste problema. Assim dispõe o artigo 1º da Lei municipal n.12.316 "*sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo*":

> "*Art. 1º. O poder público municipal deve manter na Cidade de São Paulo serviços e programas de atenção à população de rua garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de São Paulo e a Lei Federal n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.*" (SÃO PAULO, 1997).

Durante o trajeto percorrido na atividade de campo no centro da cidade de São Paulo, no entanto, observamos a ausência e não efetivação de alguns serviços prestados à comunidade em situação de rua. Mesmo assim, é relevante que seja feito um levantamento destes atendimentos junto a instituições públicas para averiguação dos serviços prestados, bem como uma análise das razões de permanência dessa população nas ruas, dormindo e vivendo ao relento.

Várias são as possibilidades que podem levar o individuo à condição de morador de rua, como destaca Torres (2000, p.1) em sua pesquisa:

> "[…] *extrema vulnerabilidade física, mental e social; doentes, muitos deles idosos e portadores de deficiências que foram abandonados por suas famílias, além de outros, todos apresentando, de modo geral, um longo e triste histórico de vida nas ruas e asilos.*"

O lugar onde estes moradores de rua escolhem para sobreviver correspondem aos espaços urbanos onde eles conseguem suprir suas necessidades fisiológicas e estratégias para obtenção de renda, como a determinação de pontos de esmola, alimentação e repouso.

Conforme Torres (2000), os moradores de rua estão distribuídos geograficamente pelas possibilidades de obtenção de rendimentos e de resolução de suas necessidades básicas, como segurança e abrigo, oferta de água, alimentos e rendimentos. A dificuldade está em encontrar um local para tomar banho, lavar roupa e limpar seus pertences.

De acordo com a caracterização socioeconômica, a maior parte dos moradores de rua utilizam as torneiras das praças para tomar banho e lavar suas roupas, enquanto outros grupos menores vão ao centro de convivência, utilizam água da chuva ou dirigem-se aos postos de combustíveis.

Para as necessidades fisiológicas, a maioria utiliza os banheiros públicos, enquanto outros utilizam ruas e praças, o centro de convivência e os albergues, ou solicitam ajuda em estabelecimentos locais e igrejas.

No documentário "Eu existo" (CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO, 2012), os moradores relatam que não gostam de ir para os abrigos ou albergues, pois encontram dificuldades para obtenção de vagas, não se adaptam às regras impostas nos abrigos, não se identificam com estas moradias e destacam que os albergues são piores que a cadeia, preferindo assim continuar sobrevivendo na rua. Tais pessoas reclamam, ainda, do abuso de autoridade, destacando que têm muito medo da situação em que vivem. Mesmo assim, ainda possuem esperanças de dias melhores, sonhando com a igualdade, o respeito, um emprego e um lar. Em seu estudo, Torres (2000, p.6) salientou que a

> "[...] *esperança ainda prevalece no íntimo de cada membro da população de rua, apesar de vitimados pelo sofrimento e pelas mazelas. O emprego, a moradia são metas sonhadas por todos, sem anacronismo perverso na face crua das circunstancias difíceis esperávamos dos presentes, a luta pela sobrevivência nas ruas contra a miséria, a fome, o frio, a falta de perspectiva no amanhã e de esperança, entre outras vicissitudes.*"

De acordo com os dados apresentados na caracterização socioeconômica dos moradores de rua, realizado pela Prefeitura de São Paulo, os principais tipos de violência sofridos por eles são: agressão verbal, roubo/furto, espancamento, ferimento com faca, jato de água, tiros de armas de fogo, abuso sexual e queimaduras.

Para Furini (2003, p.118-119), o corpo é a base material da vida, do espírito e do pensamento, sendo também a base material das instâncias da sociedade. Assim, ressalta que

> "*O morador de rua ainda possui um corpo, mas o mantém com um mínimo de recursos e assim, vai perdendo o corpo gradualmente, em um ritmo mais acelerado que os outros grupos da sociedade. São muitas as doenças adquiridas nas ruas: de pele, sexualmente transmissíveis, por ingestão de alimentos deteriorados ou consequente do uso do álcool, além daquelas dificuldades decorrentes de acidentes: de transito, no trabalho ou nas brigas que ocorrem com frequência.*"

Destaca ainda que é a ausência de laços sociais e de suporte social que faz com que um acidente se torne o ápice do momento de mudança do viver como domiciliado para viver como morador de rua. Neste contexto, Torres (2000, p.4) destaca que

> "*Muitos marcados pelo estigma da mendicância, têm grandes dificuldades em se imaginarem integrados novamente à sociedade, sentindo-se diferentes, exóticos, ou fora do contexto, com dificuldades de resgatar a sua identidade há muito perdida, restando, então, a vida nas ruas, mesmo tendo que lutar como leões pela sobrevivência na selva urbana.*"

A partir das informações disponíveis na bibliografia e filmografia consultada, observa-se que as soluções para os problemas da população de rua não são possíveis quando estas são consideradas objeto de atos públicos, como, por exemplo, em ações de remoção, dispersão, transferência, fixação compulsória e outras. Acreditamos que os projetos ineficientes ou paliativos manterão e acirrarão as péssimas relações entre a população domiciliada e a população de rua, contribuindo para o aumento da insegurança e das más condições de higiene e saúde na cidade. Consideramos, portanto, que quaisquer projetos voltados à população de rua da cidade de São Paulo para os quais haja mínima expectativa de eficiência, deveriam partir da consideração de três fatores: sua condição de sujeitos, a criação ou fortalecimento de laços entre seus integrantes e a autogestão das fases dos projetos que mais diretamente os beneficiariam.

Assim, com base nestas colocações, sugerimos a organização de projetos e programas junto à Secretaria de Assistência Social e outras instituições de interesse próximo, para a realização de um trabalho socioeducativo visando resgatar a autoestima dessas pessoas, sua aproximação com membros da família e sua inserção no mercado de trabalho, uma vez constatado que os problemas dos moradores de rua são também de caráter psicossocial e não somente econômico. Com isso, o projeto considera seu reconhecimento enquanto cidadãos, visando seu resgate social, para que os mesmos possam sentir-se pertencentes à mesma sociedade que hoje os exclui de seus direitos, de seus sonhos e de suas vidas.

## 2.2 ESTRATÉGIAS ANTERIORES: ESTADO DA ARTE

As estratégias para a solução do problema dos moradores de rua foram as mais diversas ao longo da história, tão diversas quanto as motivações que levaram a tais ações ou projetos: interesses humanitários, religiosos, paisagísticos, higienistas, científicos etc. Exemplo desta diversidade de estratégias é a atual discussão em torno da sanidade mental e consequentemente, da autodeterminação dos dependentes químicos que moram nas ruas do Rio de Janeiro (G1, 2012). Os interesses envolvidos nesta discussão não consideram somente a questão como saúde pública, mas envolvem também a

apresentação da cidade para eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 ou as Olimpíadas de 2016. Esta solução parece não considerar, em primeiro plano, o interesse dos envolvidos, mas apenas os interesses institucionais.

A exploração da criatividade por meio da manufatura de móveis domésticos a partir de materiais reciclados foi proposta pela religiosa católica Irmã Ivete. Dalva Ivete de Jesus deixou temporariamente o convento para uma imersão nas ruas, com a finalidade de conhecer a fundo a realidade de seus moradores (LENZ, [20--]). A religiosa adotou como estratégia a reciclagem como oportunidade para a auto-reciclagem, e geração de renda em favor dos que habitavam as ruas.

Uma abordagem pelo viés da saúde pública foi proposta por Carlos Eduardo Esmeraldo Filho para os moradores de rua da capital cearense. Esmeraldo Filho (2010, p.135) demonstrou que o problema é complexo e que as necessidades desta categoria de população são diversas:

> "[...] *a necessidade de segurança física e psicossocial, a necessidade de ser visto como um ser humano digno de respeito, a necessidade de cooperação e de coesão social, necessidade de autonomia e a necessidade de acesso aos serviços de saúde.*
>
> [...] *Compreendemos que a violência tão presente nos discursos, nas emoções e sentimentos dos moradores de rua, remete a dois grupos de necessidades dos moradores de rua: a necessidade de segurança física e psicossocial, que se expressa na necessidade de segurança, de poder dormir sem estar em constante alerta por conta da possibilidade de ser agredido e de poder confiar nas pessoas; e a necessidade de ser visto como um ser humano digno de respeito, de não ser considerado como alguém inferior e sem valor ou como um vagabundo ou marginal, de ser respeitado pela sociedade.*"

A estratégia proposta por Esmeraldo Filho (2012, p.139) foi, portanto, de chamar a atenção dos órgãos do sistema de saúde para tais necessidades específicas, destacando um projeto que já vem sendo empreendido com dificuldades neste sentido: o *Consultório de Rua*. Este projeto "*consiste num serviço de saúde de acolhimento aos usuários de drogas em situação de vulnerabilidade social, formado por profissionais da saúde mental, da atenção básica e pelo menos um profissional da assistência social. O cuidado é oferecido no próprio espaço da rua*."

Observar individualidades também foi a estratégia proposta por Alessandra Medeiros (2010), que enfocou em sua tese o caso de pessoas que saíram das ruas. Foram apontadas por Medeiros (2010, p.177-180) como saídas mais eficientes que o simples assistencialismo, práticas discriminatórias ou incipientes:

- Capacitação e aperfeiçoamento técnico dos profissionais sociais que trabalham diretamente com este público;

- A necessidade de uma real acolhida pelas instituições antes chamadas de albergues;

- Reinserção dos moradores de rua no mercado de trabalho, desencadeando a retomada de vínculos familiares e da crença nas potencialidades individuais.

Segundo a autora,

> “[...] *este processo não se restringe apenas à oferta de mecanismos geradores de renda, ou seja, a oferta e garantia do emprego formal ou informal, mas à requalificação mais ampla, englobando a retomada de vínculos ou o estabelecimento de outros, novos.* [...]
> *Requalificação que pode ser estimulada por ações educativas que visem à reflexão e à reconstrução de novos projetos de vida, pautadas principalmente no desejo do outro, respeitando suas particularidades e sua história de vida.*” (MEDEIROS, 2010, p.178).

Eduardo Yázigi (1997), por fim, aliou a objetividade científica à sensibilidade poética, ao descrever a população de rua como “Os degregados filhos de Eva”, em um capítulo de sua tese de livre-docência. Este título remete à oração *Salve Rainha* - em latim, *Salve Regina* - e inspirou o título deste trabalho: “*In hac lacrimarum valle* (Em um vale de lágrimas). Nesta oração medieval, o autor desconhecido (talvez o monge alemão Hermann de Reichenau) apontou para o desespero dos fiéis, que “gemendo e chorando” clamavam pelo auxílio de sua intercessora. E se a solução para estes “degredados filhos de Eva” demandasse antes de soluções tecnicistas ou burocráticas a sensibilidade dos poetas, a humanidade dos santos ou a profunda espiritualidade mística? Talvez seja esta a razão pela qual “il poverello di Assisi”[2] tenha se cercado desta população e dedicado a ela sua vida.

## 2.3 INSPIRAÇÃO NO BELO

Revisar a bibliografia técnica e científica e produzir o estado da arte é um passo necessário para que não se repitam soluções ineficazes anteriores. Recorrer às artes pode ser, entretanto, uma fonte de inspiração. Neste sentido, uma estória que se conta do poeta Rainer Maria Rilke (1875-1926) serviu de inspiração para algumas soluções apontadas neste trabalho:

> “Co*nta-se que o poeta Rilke e uma sua amiga, no trajecto quotidiano para a universidade, deparavam sempre com uma mulher que, de olhos no chão e mão estendida, parecendo uma estátua, pedia. A companheira de Rilke, que frequentemente dava uma esmola, perguntou ao poeta porque nunca o fazia. Rilke respondeu: ‘Porque devemos chegar ao seu coração e não às suas mãos’. No dia seguinte Rilke apareceu com uma bonita rosa e ofereceu-a à pedinte. Quando fazia menção de se ir embora, vê a mulher erguer a cabeça, olhá-lo fixamente, levantar-se com dificuldade e afastar-se com a rosa chegada ao peito. Durante oito dias os dois amigos não viram a mulher, mas ao oitavo dia lá estava ela como de costume. De que terá vivido ela durante os oito dias, perguntou a amiga a Rilke? Da rosa, respondeu o poeta.*” (LISBOA, 2008)

---

[2] Giovanni di Pietro di Bernardone (1182-1226) ou simplesmente São Francisco de Assis. Francisco fundou uma ordem religiosa mendicante que provocou profundas transformações no catolicismo de seu tempo. Por esta razão foi também conhecido como “o pobrezinho de Assis”. A igreja dedicada a Francisco de Assis na cidade de São Paulo foi um dos pontos abordados na atividade de campo.

Este relato se encontra no *site* da província portuguesa da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, fundada pelo santo e místico católico Francisco de Assis. Seria possível que o belo pudesse transformar realidade tão severa? Poderia de fato a beleza "salvar o mundo"? De acordo com a revisão bibliográfica, esta pareceu uma possibilidade pouco discutida ou aplicada e sendo, portanto, a criatividade o objetivo principal da disciplina cursada, o uso do belo foi considerado a ideia básica deste projeto.

## 3 CRITÉRIOS DE TRABALHO

Partimos da hipótese aparentemente paradoxal, de que seja possível conciliar o irreconciliável, ou seja, obter limpeza e cuidado da cidade a partir das pessoas e dos lugares mais improváveis ou menos considerados para tal: a população de rua e seus locais de residência.

Este projeto está baseado na adoção de etapas e subetapas que não serão aplicadas ao mesmo tempo, mas que irão sendo implantadas na medida em que os resultados forem sendo observados e registrados. No decorrer desse processo, serão averiguadas as habilidades dos moradores de rua que participarão das ações, de modo a aproveitar beneficamente sua sinergia: os participantes com habilidade para trabalhos mais braçais serão indicadores para realizar serviços no setor de conservação (de calçadas, muros, prédios históricos, entre outros) utilizando material de construção, enquanto as mulheres, idosos e pessoas menos aptas ao trabalho de construção poderão desempenhar atividades como a pintura e jardinagem. Os que apresentam aptidão para habilidades artísticas para desenho podem desenhar e assim por diante. Levantar todas essas habilidades e aproveitá-las de forma integrada será, portanto, uma estratégia básica do projeto.

Paralelamente, o projeto evitará divulgar ações baseadas na "eliminação de problemas", mas sim na "construção de soluções". Dessa maneira, não será solicitado aos moradores de rua a "remoção do lixo", por exemplo, mas a geração da limpeza, contribuindo para sua assimilação da limpeza como possibilidade e como valor. Tampouco será veiculada a ideia de "remoção" da população de rua, mas sim sua reintegração com a vida sócio-econômica da cidade onde vive.

Há, em todo o projeto, a adoção de uma modalidade aberta de trabalho, ou seja, o projeto será iniciado a partir de uma primeira etapa na região central da cidade e, na medida em que for se desenvolvendo, poderá se conectar com ações de outros grupos que apresentam objetivos semelhantes. Todas as etapas do projeto terão a possibilidade dessa conexão, caracterizando um pensamento em rede e em contínua expansão, lembrando sempre que as fases do projeto serão desenvolvidas simultaneamente para que o trabalho possa se efetivar com o êxito esperado.

A viabilização do projeto seria feita pela captação de verbas em editais públicos destinadas à população que comprovadamente (por prova testemunhal de comerciantes ou moradores próximos) vive nas ruas. Também seria feita captação de verbas originária da iniciativa privada, porém a partir de editais públicos.

Paralelamente, poderiam ser solicitados auxílios de pesquisa em agência de fomento como a Fapesp, para viabilizar pesquisa-ação executada pelos próprios moradores de

sua, sob a supervisão de profissionais, cujos resultados seriam inicialmente aplicados neste projeto, como também buscar associações com instituições públicas como universidades, do qual os estudantes poderiam executar seus estágios e residências.

# 4 ESTRATÉGIAS DE SOLUÇÃO

Em função da complexidade do problema e da multiplicidade de suas causas, as soluções que discutimos não são mecânicas e nem adotam uma única estratégia, mas envolvem um conjunto de distintas estratégias, visando aspectos físicos ou de saúde (moradia, higiene, alimentação, e outros) como também aspectos psicológicos ou relacionais (autoimagem, autoestima, colaboração e autogestão), e aspectos econômicos (emprego, geração de renda).

## 4.1 PRIMEIRA FASE

A primeira e mais urgente estratégia seria propor, junto ao poder público, a criação de abrigos, sendo um central e três outros tipos de abrigos em localidades mais afastadas do Marco Zero da cidade. Cada um desses abrigos deverá ter uma função específica no processo de reintegração dos moradores de rua à vida sócio-econômica da cidade, porém todos eles teriam uma parte para albergue, um galpão-oficina e, à exceção do último tipo, um estacionamento para carrinhos de transporte manual, sendo também estruturados de maneira a ficarem articulados e integrados em relação aos dados e atividades disponíveis.

O primeiro abrigo seria instalado na área central - e que denominaremos Casa Central - depois seguido pela construção de abrigos em locais mais afastadas do Marco Zero da Cidade, como Luz, República, Brás, Consolação e outros. Tanto a Casa Central quanto as casas mais afastadas seriam administradas por membros da própria população de rua, porém com acompanhamento de profissionais.

A localização do primeiro abrigo precisaria ser central, uma vez que essa população se identifica com este lugar[3] e dificilmente aceitaria a remoção para lugares mais distantes, como foi relatado no documentário "Eu existo" por alguns moradores, salientado a importância da criação de abrigos e assistência no local onde vivem. Um possível lugar seria nas proximidades da Praça da Sé, entre as ruas Santa Teresa, Venceslau Brás e Roberto Simonsen, em uma região na qual estão atualmente edifícios em precário estado de conservação e que poderiam ser reformados ou substituídos por outros com essa finalidade.

Talvez essa seja a parte mais cara e mais difícil do projeto, pois envolveria a construção e uma ação junto à população de rua para sensibilizá-los e administrar seu pernoite no abrigo. Para essa fase seria necessário estudar a captação de recursos e envolver profissionais ligados à construção e ao serviço social.

---

[3] "Vários motivos ligados à sobrevivência explicam maior concentração na região central, isto é, na Regional Sé, onde se contaram 198 pontos de pernoite, na pesquisa de 1991, seja 60,4%. Deste total, quase dois terços, situam-se nos distritos da Sé, Liberdade e Bela Vista. O estudo supõe que o fenômeno se explique pela maior possibilidade de sobrevivência no Centro, onde estão os pontos de fornecimento de alimentação, gratuita ou a preço simbólico, fornecidas por organizações filantrópico-religiosas, ou bares e restaurantes; obtenção de bicos junto a lojistas e atacadistas; alta circulação de pedestres e, finalmente, existência de várias formas de abrigo: albergues, marquises; baixos de viadutos" (YÁZIGI, 1997, p.137).

Para os abrigos mais distantes do Marco Zero, propomos a criação de três tipos de habitação que refletisse o envolvimento dos moradores de rua com o processo de recuperação psicológica e integração sócio-econômica: as "Casas da Inclusão", as "Casas da Integração" e as "Casas da Transformação".

As "Casas da Inclusão" seriam construídas no próprio ambiente em que vive a população de rua: baixos de viadutos, marquises, esquinas, etc., podendo ser pintadas com arte de rua e grafite, pelos próprios moradores. Sua participação na definição dos espaços internos e da forma externa seria fundamental para a criação de vínculo afetivo com as casas.

As "Casas da Integração" seriam construídas em região ainda mais afastada do que as "Casa da Inclusão", em um lugar mais "limpo". Sugestões seriam bairros como Liberdade, Mooca, Bom Retiro, Campos Elíseos e Santa Cecília. Nessas casas, a conservação das paredes deverá ser constante e seu objetivo será colocar o morador de rua em uma situação intermediária, entre sua situação inicial e sua integração com as atividades sócio-econômicas da cidade.

As "Casas da Transformação", finalmente, seriam destinadas aos moradores de rua que já estivessem em plena recuperação psicológica e se integrando às atividades sócio-econômicas da cidade e que, portanto, estivessem em condição não somente de assumir sua plena condição de cidadão, mas também de multiplicar o movimento de recuperação da população de rua. Tais "Casas da Transformação" alocariam, portanto, pessoas, equipamento e informações destinadas ao fortalecimento da autogestão deste projeto e sua multiplicação pela cidade. As "Casas da Transformação" devem ser bonitas, com jardim e boa pintura (estética como valor para a vida): podem ser construídas pelos próprios moradores, já que esta é a última fase do processo e poderá levar algum tempo até que eles cheguem a este estágio. A ideia é que seja muito parecida com uma casa convencional ou uma vila, por ser uma habitação coletiva para muita gente, mas com as características de uma casa. Em outras palavras, nesta fase os (antigos) moradores de rua estarão gerenciando a própria vida e constituindo o próprio futuro.

O abrigo central e talvez também as três casas das regiões mais afastadas deverão ser organizado não apenas como dormitórios, mas como sedes de atividades que contribuam para o desenvolvimento ou superação da situação física e psicológica desses moradores. Seria fundamental, portanto, organizar eventos culturais nos quais eles pudessem expor seus sentimentos, seus sonhos e suas habilidades; lugares onde seria possível avaliar também os diversos motivos que levaram tais pessoas a viverem na situação de morador de rua.

Uma das possíveis estratégias para isso seria a projeção de dois ou três filmes por semana, seguidos de rodas de conversas com os participantes, acompanhadas por um profissional. Também interessante seria a criação de rodas de conversas semanais dos moradores de rua que assim o desejassem, acompanhadas ou não por um profissionais, para discutir sua situação e levantar, com eles, possíveis soluções. Essas rodas poderiam ser realizadas no abrigo, mas, em algumas ocasiões, também em uma das igrejas do centro que desejassem participar do projeto (em horário externo às missas), envolvendo também ONGs e moradores de rua que ainda não dormissem no abrigo.

Nestas casas poderia haver também capacitação profissional em áreas específicas, especialmente aquelas nas quais os primeiros beneficiados sejam os próprios moradores de rua, como a limpeza das calçadas e das pichações, a construção das casas, manipulação de alimentos, construção de hortas comunitárias em floreiras urbanas, o cuidado com os outros moradores de rua, etc.

Fundamental para a criação de vínculos sociais entre os moradores de rua, seria a criação de oportunidades de lazer que fizessem sentido para os mesmos. Projeção de filmes e rodas de conversas podem ser interessantes para o desenvolvimento de sua reflexão, mas seria necessário criar situações menos intelectuais e mais lúdicas, como festas, shows de músicos de rua, mágicos, projeção de comédias, etc.

Por fim, é fundamental envolver no projeto algum acompanhamento médico ou seu encaminhamento aos serviços médicos da prefeitura, pois muitos são portadores de várias enfermidades debilitantes e contagiosas.

## 4.2 SEGUNDA FASE

Tão logo o primeiro abrigo (central) começasse a ser usado, iniciaríamos a segunda fase do projeto, com a criação de uma cooperativa de trabalho de limpeza e conservação da área central da cidade. Não se trata de uma cooperativa de catadores, porque dessa maneira as pessoas em situação de rua continuariam convivendo permanentemente com o lixo. A ideia seria a criação de um serviço voltado à permanente transformação do ambiente urbano, em uma tentativa de mudar a imagem (e a autoimagem) de "moradores de rua" para cidadãos em fase de transição.

Possíveis serviços para iniciar a segunda fase seriam:

- Limpeza de pichação em edifícios públicos
- Pintura de paredes
- Conservação de calçadas
- Projetos de urbanização mais complexos
- Lavar calçadas, lavar ruas.

Um desses possíveis serviços na segunda fase seria a construção de banheiros comunitários (cabines de rua) pelos próprios moradores de rua na área central, porém distantes do abrigo construído na primeira fase. A utilização desses banheiros seria livre para moradores de rua, porém paga por outras pessoas (não mais que R$ 0,50). A renda ficaria para os moradores de rua.

Os banheiros comunitários resolveriam os problemas higiênicos em algumas das praças habitadas por essa população, como o Largo da Memória (junto ao metrô Anhangabaú) e a Praça Ramos (abaixo do Teatro Municipal), os quais são diariamente lavados por caminhões-pipa, com gasto de água, gasolina, equipamento e pessoal. Há bons lugares para a alocação de banheiros comunitários em vários pontos da cidade (incluindo essas duas praças), que não provocariam intervenção visual muito forte e aliviariam a situação higiênica desses lugares.

O principal aspecto das ideias acima, especialmente a dos banheiros comunitários, seria a auto-gestão. Deixando sob administração dos próprios moradores de rua o cuidado e

arrecadação dos banheiros, surgiria uma responsabilidade dos mesmos para com o serviço e uma consequente mudança em sua autoimagem e autoestima. Necessitando cuidar de bens e serviços comuns, esse projeto estimularia sua colaboração e autogestão, aspectos que contribuiriam para o gerenciamento dos conflitos internos e externos[4] que essa população vive cotidianamente.

Outras possíveis atividades da segunda fase seriam:

- organização, por eles próprios, de grupos de afinidades (artesanato, música, culinária, marcenaria, etc.) para o desenvolvimento de atividades comunitárias

- criação de oficinas de capacitação profissionalizantes, que inicialmente funcionariam como troca de alimentação e dormitório, e que posteriomente poderiam gerar renda para os mesmos

- criação de hortas comunitárias

## 4.3 TERCEIRA FASE

Esta fase destina-se ao trabalho com a identidade dos moradores de rua, no sentido psicológico e legal. Aqui, um dos primeiros serviços a serem oferecidos seria o encaminhamento aos Poupa-Tempo, para os mesmos providenciarem sua documentação pessoal ou para recuperar documentos perdidos, o que lhes permitirá acessar serviços, matricular filhos em creches e escolas, cadastrar-se em ONGs e restabelecer o vínculo formal com a sociedade e com seus próprios familiares.

Cabe aqui a criação de um sistema de pesquisa das necessidades dos moradores de rua, cujos pesquisadores seriam membros dessa própria comunidade, auxiliados por um profissional. Os moradores de rua que assim o desejassem, transitariam pela cidade entrevistando as pessoas e recolhendo informações. As fichas, tabulação dos dados e conversas com esses voluntários seriam feitas por profissionais. Nessa pesquisa poderiam ser coletadas sugestões de solução para seus problemas, propostas de trabalho coletivo, fontes de renda e outros.

Também é possível, nesta fase, a criação de um sistema de vigia e proteção dos moradores de rua a partir da metodologia do parágrafo anterior. Um grupo de moradores de rua, juntamente com um ou mais profissionais, circulariam permanentemente pelo centro em turnos, de modo a cobrir também as noites. Esse grupo verificaria a condição das pessoas nas ruas e encaminharia para o abrigo coletivo aqueles que assim o desejassem.

É fundamental a permanente documentação do trabalho. Alguns moradores de rua poderiam fotografar e filmar seus colegas, para a elaboração de documentários em filme e matérias sobre o assunto para jornais e revistas. Mas é interessante que a imprensa não

---

[4] "O fato de viverem em precaríssimo regime de trabalho gera sérios conflitos, pois como diz Alba Zaluar (in Rosa: 1995: 63) *se não se vive da apropriação do resultado do trabalho de outrem, não se pode ter a liberdade de viver sem trabalhar. Decorrem então todos os conteúdos morais que dão positividade ao trabalho e ao trabalhador que valoriza o fato de trabalhar.* Além disto, para o observador externo, há uma repulsa ligada ao medo do desemprego, que gera o medo de se tornar mendigo." (YÁZIGI, 1997, p.140, negrito e itálico do autor).

seja contatada logo no início do projeto, pois isso geraria muitas críticas e expectativas que talvez não fossem benéficas. Somente quando o projeto estivesse funcionando e os resultados começassem a ser notados, seria interessante chamar a imprensa para reportar o projeto.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se trata de um projeto de caráter aberto, ou seja, poderá envolver várias instituições e de vários tipos, ainda não propusemos, neste estágio, um dimensionamento econômico e de pessoal, concentrando-nos nas idéias e estratégias para seu desenvolvimento. A adoção de uma idéia diferente da tendência da maior parte das ações até aqui empreendidas - construir a beleza e não livrar-se da fealdade - pareceu-nos um exemplo de criatividade a ser considerado.

A não solução dos problemas da população de rua na cidade de São Paulo, bem como em muitas outras cidades do Brasil e do mundo, não dificulta apenas a vida dos moradores de rua, mas também dos moradores domiciliados dessas cidades, por conta das tensões sociais e dos problemas físicos decorrentes dessa situação. Vários projetos anteriores fracassaram por considerar a população de rua apenas como *objeto* das ações e, por isso, consideramos que um projeto bem sucedido necessitaria partir da consideração de sua condição de sujeitos, além da criação ou fortalecimento de laços entre seus integrantes e da criação da liberdade para sua autogestão nas fases dos projetos que mais diretamente os beneficiariam.

Baseamos, portanto, nosso projeto na criação da Casa Central e das Casas da Inclusão, Casas da Integração e Casas da Transformação, dentro das quais ocorreriam a maior parte das ações deste projeto. Esperamos que a discussão deste relatório e de sua proposta possa resultar em ações concretas para a solução do problema relatado, contribuindo para a construção de uma cidade mais humana e mais igualitários em seus direitos e suas oportunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APETRES - Associação Paulista de Empresas de Tratamento e Destinação de Resíduos Urbanos. *Da rua para casa: Móveis e outros materiais recolhidos na cidade deram origem ao projeto Casa cor da rua*. Disponível em: <http://www.apetres.org.br/meioambiente_casa.htm>. Acesso em 25 out. 2012.

CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO. *Eu existo*. 2012 Documentário online. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dW_SGHrlIjc&feature=player_embedded>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo. *Necessidade de saúde dos moradores de rua*: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza - CE. 2010. Dissertação (Mestrado acadêmico em Saúde Púlica). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará.

FURINI, Luciano Antonio. Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente Prudente (SP). 2003 . Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, UNESP. Presidente Prudente.

G1. *Internação compulsória de viciados em crack será discutida em Brasília*. 24 out. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/10/internacao-compulsoria-de- viciados-em-crack-sera-discutida-em-brasilia.html>. Acesso em 25 out. 2012.

LENZ, Melissa. Onde o lixo vira arte. O mundo do Bem. ITodas. [20--]. Disponível em: <http://itodas.uol.com.br/mundo-do-bem/onde-o-lixo-vira-arte-7410.html>. Acesso em 25 out. 2012.

LISBOA, João. *Desejo sideral*. Ordem dos Frades Menores Capunhinhos. 2008. Disponível em: <http://www.capuchinhos.org/siteantigo/porciuncula/pausa/desejo_sideral.htm>. Acesso em 25 out. 2012.

MEDEIROS, Alessandra. *Pessoas em situação de rua*: a saída para a saída - Um estudo sobre as pessoas que saíram das ruas. 2010 Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontíficia Universidade Católica de São Paulo.

PORTAL da Prefeitura da Cidade de São Paulo. *Censo da população em situação de rua no Município de São Paulo (2011)*: Principais resultados. 2011. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/censo_1338734359.pdf>. Acesso em 26 out. 2012.

PORTAL da Prefeitura da Cidade de São Paulo. *Caracterização socieconômica da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo (2011)*: Principais resultados. 2011 Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/caracteriz_1338734485.pdf>. Acesso em 27 out. 2012

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana.* São Paulo: EDUSP, 2009

SÃO PAULO. Lei municipal n.12.316 de 16 de abril de 1997.

TORRES, Maria Licia. Moradores de rua no centro de triagem da Fundação Leão XIII: Experiências, Reflexões e Relações Interpessoais. In: *Democratizar.* v.2, n.1, jan./abr. 2008 Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v2-n1/art_democratizar_marialicia.pdf>. Acesso em 27 out. 2012

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.7, n.21, p.556-605, dez. 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf>. Acesso em 25 out. 2012.

YÁZIGI, Eduardo A. *O mundo das calçadas*: Por uma política de espaços públicos em São Paulo. 1997. Tese (Livre-docência em Planejamento). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.